Disciplina: POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Nível: MESTRADO/ DOUTORADO

Área(s) de Concentração: Educação

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, História e Organização da Educação

Obrigatória: Não

Carga Horária: 60

Créditos: 4

Professor: Willson Gerigk

Ementa:
Políticas públicas de financiamento da educação básica no Brasil. Principais leis e normativas que regem o financiamento público na educação. Vinculação constitucional de recursos para a educação e a manutenção e desenvolvimento do ensino. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Financiamentos de políticas públicas da educação básica por meio de programas nacionais e estaduais. Financiamento e qualidade na educação. O orçamento público e as fontes de recursos da educação no âmbito municipal: planejamento, execução e controle. Transparência e controle social dos recursos destinados à educação municipal.

Objetivo geral:
Compreender as políticas públicas de financiamento da educação básica no Brasil, com ênfase nas regulações legais, nos programas de assistência técnica e financeira e nas práticas de gestão orçamentária, para identificar desafios e oportunidades de melhoria da qualidade educacional e a redução das desigualdades sociais e econômicas.

Objetivos específicos:
- Discutir as regulações que regem o financiamento público da educação básica, para compreender as fontes de recursos destinados à área educacional entre as esferas governamentais e analisar como as mudanças políticas e econômicas influenciam o financiamento da educação ao longo do tempo.
- Debater os programas de assistência técnica e financeira para a educação básica, identificando desafios e oportunidades para a melhoria da qualidade educacional.
- Entender as formas de organização, planejamento e gestão dos recursos financeiros vinculados à educação e suas implicações para a superação das desigualdades sociais e econômicas.

Programa:

1 – Histórico, evolução e a importância do financiamento público educacional no país.
2 – Principais leis e normativas que regem o financiamento público na educação e o papel das diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal).
3 – A dinâmica das políticas públicas de financiamento da educação básica: origens, fontes e tipos de recursos destinados à educação.
4 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb): critérios de distribuição dos recursos e os desafios da equidade e qualidade na sua distribuição.
5 – Política de assistência técnica e financeira da União para a educação básica: programas de assistência legal, voluntária e direta.
6 – Programas de financiamento do estado do Paraná destinados à área da educação básica.
7 – Financeirização da economia e as implicações para o financiamento educacional.
8 – Planejamento e execução orçamentária da educação no âmbito municipal.
9 – Mecanismos de transparência e controle social dos recursos públicos na educação municipal.

Referências:

Básicas:

ADRIÃO, T., ARAUJO, F. Privatização da educação no contexto de financeirização da economia: a indução da oferta educacional privada por fundos de investimentos. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 17, e86124. Janeiro de 2023.
ALVES, T.; PINTO, J. M. R. As múltiplas realidades educacionais dos municípios no contexto do Fundeb. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, n. 23, p. 1-23, 2020.
AMARAL, N. C. **Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil**. Brasília: Universitária, 2012. Anpae Caderno Temático (CAQ, SNE).
AMARAL, N. C.; AGUIAR, M. A. S. (Org.).**Financiamento da Educação**. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.
ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 6ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010077/.
BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
BRASIL. Lei nº 13005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **D.O.U de 26/06/2014, pág. nº 1**. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.
BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. **DOU 27.8.2020**. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc108.htm.
CAMPANHA. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **Balanço do PNE 2024**. Disponível em: Balanço do PNE 2024 | CNDE (campanha.org.br).
CAVALCANTI, C. R. **Federalismo e financiamento da educação básica no Brasil**: assistência técnica e financeira da União aos entes federados subnacionais. Curitiba: Appris, 2019.
CURY, C. R. J. Conselhos de educação: fundamentos e funções. **Revista Brasileira de Política e**

Administração da Educação - RBPAE, v. 22, n. 1, p. 41-67, 2006.
DAVIES, N. Alguns desafios do financiamento da educação. Pedagógica: Revista do programa de **Pós-graduaçao em Educaçao-PPGE**, v. 17, n. 33, p. 251-267, 2014.
DOURADO, L. F. (Org.) **Financiamento da educação básica.** Campinas: Autores Associados; Goiânia: Editora da UFG, 1999.
FLACH, S. F.; SAKATA, K. L. S. Gestão democrática e participação na composição de conselhos municipais de educação no Paraná. **Roteiro**, Joaçaba, v. 42, n. 3, p. 543-562, 2017.
GIACOMONI, J. **Orçamento público**. São Paulo: Grupo GEN, 2023. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775149/.
MACHADO, M. G. F.; FARENZENA, N. Delineamentos normativos da política de financiamento da educação básica brasileira. In: CHAVES, N. B.; FLORES, M. L. R. **Formação de gestores escolares para a educação básica**: avanços, retrocessos e desafios frente aos 20 anos de normatização da gestão democrática na LDBEN. Porto Alegre: Evangraf, Escola de Gestores, 2016, p. 173-190.
MARTINS, P. S. O financiamento da educação básica como política pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE**, v. 26, p. 497-514, 2010.
MORAIS, A. L. B. A dinâmica federativa e as políticas de fundos para o financiamento da educação básica brasileira. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 12, n. 28, 2022.
PINTO, J. M. R. O financiamento da educação na Constituição Federal de 1988: 30 anos de mobilização social. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, no. 145, p.846-869, 2018.
PINTO, J. M. R. A política de fundos no Brasil para o financiamento da educação e os desafios da equidade e qualidade. **Propuesta Educativa**, n. 52, v. 2, p. 24-40, 2019.
REIS, A. C. A.; CHAVES, V. L. J. Recursos federais para a educação básica: pacto federativo e os municípios. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, n. 15, 2021.
TAPARONSKY, B. C. H. O valor anual mínimo por aluno do FUNDEB, o CAQi e a reserva do possível. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 6, n. 6, 2016.

Complementares:

ARAÚJO, G. C. Direito à educação básica: a cooperação entre os entes federados. **Revista Retratos da Escola**, v. 4, n. 7, p. 231-243, 2010.
ARAÚJO, L. É possível diminuir as desigualdades entre os municípios brasileiros por meio de uma política de fundos na educação? **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 3, n.1 2, 2013.
BRASIL. **Novo Fundeb**. Brasília: MEC/FNDE, [2020 ou 2021]. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb/CartilhaNovoFundeb2021.pdf.
BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** (FNDE) [Portal] 2018. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/. Acesso em: 17 out. 2023.
CAVALCANTI, C. R. Configurações da política de assistência da União para a oferta de educação básica pós golpe de 2016. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 09, n. 19, p. 1-13, 2019.
COSTA, Á. C. O regime de colaboração entre União, estados e municípios no financiamento da educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE**, v.26, n.1, p.105-121, 2010.
DAVIES, N. Fundeb: a redenção da educação básica? **Educação & Sociedade**, n. 96, v. 27, p. 753-774, out. 2006.
DAVIES, N. Salário-educação: fragilidades e incoerências. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** v. 89, n 223, p. 445-454, 2008.
FARENZENA, N.; LUCE, M. B. Financiamento da educação e responsabilidades federativas: 25 anos de agenda constituinte. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE** - v.

29, n. 2, p. 263-281, 2013.
FARENZENA, N. Despesas nas ações de assistência financeira da União na educação básica no período 2014-2020. EccoS – Revista Científica, n. 58, p. 1-17, e20849, 2021.
FARENZENA, N. A política de fundos e as responsabilidades federativas no financiamento da educação básica. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, n. 21, p. 1-18, 2020.
FINEDUCA. CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **PL da Câmara sobre o Fundeb: retirando recursos de Estados, DF e Municípios e rasgando a Constituição**. São Paulo, dezembro de 2020 [Nota Técnica]. Disponível em: https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2020/12/PautasPoliticas_Fundeb2020_NotaTecnica_2020_12_14_Campanha-Fineduca_final.pdf
GOUVEIA, A. B.; SANCHES, C. E.; PAZ, B. A dimensão do Fundeb nas finanças municipais para educação: impactos na matrícula em três cidades da região metropolitana de Curitiba. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, v. 13, n. 7, 2023.
LIMA, A. B. (Org.) **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada.** São Paulo: Xamã, 2004. LIMA, M. F.; OLIVEIRA, M. S.; GUARDACHESKI, A. P. Avanços e desafios no processo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). **Revista On Line de Políticas e Gestão Educacional.** v. 20, n. 2, 2016.
MACÊDO, L. C.; DIAS, A. A. A política de financiamento da educação no Brasil e a educação infantil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, v. 27, n. 2, p. 165-184, 2011. MAFASSIOLI, A. S. 20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 5, n. 12, 2015.
OLIVEIRA, R. P. O financiamento da educação básica. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. **Gestão, financiamento e direito à educação**. São Paulo: Xamã, 2007. p. 83-129.
OLIVEIRA, M. S.; FERNANDES, M. D. E. A Constituição Federal de 1988 face às emendas constitucionais correlatas à educação. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 7, n. 2, p. 313-327, 2018.
RIBEIRO, A. C. Desigualdade no financiamento da educação básica: panorama do valor anual total por aluno (VAAT) para o novo Fundeb. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 12, n. 28, 2022.
SILVA, M. A.; CUNHA, C. (Org.). **Educação básica**: políticas, avanços e pendências. Campinas: Autores Associados, 2014.